

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Francieli Bittencourt Aquino

Mulheres resistem: escrevendo cronologias e mapeando reivindicações dos feminismos contemporâneos.

Porto Alegre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Bittencourt, Francieli

Mulheres resistem: escrevendo cronologias e mapeando reivindicações dos feminismos contemporâneos / Francieli Bittencourt. -- 2018.

46 f.

Orientadora: Natalia Pietra Méndez.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Feminismo contemporâneo. 2. Feminismo na internet. 3. 3ª Onda Feminista. 4. Movimentos sociais e internet. 5. Ondas feministas. I. Méndez, Natalia Pietra, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FRANCIELI BITTENCOURT AQUINO

Mulheres resistem: escrevendo cronologias e mapeando reivindicações dos feminismos contemporâneos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez (Orientadora)

Profa. Dra. Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS)

Profa. Dra. Terezinha Vergo Polan (NIEM/UFRGS)

Porto Alegre
2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que ao se amarem me trouxeram a este mundo. Minha mãe, melhor amiga e maior torcedora Matilde, por sempre segurar minha mão e me ensinar tudo que aprendeu sobre a vida. Por ser minha fonte de amor interminável e incondicional - e por sempre atender ao meu chamado mesmo antes de eu fazê-lo. Minha mãe é luz na minha vida. Ao meu pai, Luiz, que no meio de minha graduação partiu dessa jornada em vida e que tenho certeza que segue me mandando energia de onde estiver. Obrigada por ter estado presente da forma e pelo tempo que pode e por me visitar em sonho de vez em quando.

Aos meus antigos e novos amigos por me ouvirem e acolherem nessa fase de transformação de final de graduação. Por me estimularem a perseguir meus sonhos e a unir arte e educação. Em especial à minha querida amiga e colega historiadora Cristine, por saber tão bem sobre meu tcc quanto eu. Pela parceria nesses 5 anos e meio de graduação e por ter dividido comigo as primeiras experiências de docência em história. Esse caminho foi e é muito mais iluminado por te ter nele comigo.

À minha professora e orientadora Natalia Méndez, que conheci em meu segundo semestre de faculdade, obrigada por ter me ensinado a me entender enquanto mulher e a compreender a estrutura social e política em que vivemos. Sua determinação e alegria em trabalhar com gênero me inspira e motiva a levar meus aprendizados por onde quer que eu vá. Sobretudo obrigada pela orientação neste trabalho de conclusão de curso, desde a época do projeto até às últimas correções. Obrigada por ser minha guia nesse caminho.

Por último e sempre por primeiro ao meu companheiro, amigo e parceiro Juliano. Por escolher todos os dias estar presente e por compartilhar comigo o amor pela arte, pela natureza e pela vida. Obrigada por ser poesia e por me inspirar e incentivar a ser sempre a melhor versão de mim.

Um AHÁ para todas as mulheres guerreiras que lutam todos os dias em casa e na rua pelo direito de sermos iguais.

RESUMO

Este trabalho visa a realizar uma espécie de mapeamento das reivindicações do feminismo contemporâneo a partir de dois documentos de movimentos feministas: a Marcha Mundial das Mulheres (2010) e a Marcha das Vadias (2011). Com o intuito de responder a pergunta: Estamos vivendo uma 3ª Onda Feminista? Para isso também é analisada a importância da internet como ferramenta de articulação, organização e comunicação dos movimentos sociais na atualidade - de forma a entender as transformações que a tecnologia têm incorporado a esses movimentos. Para compreender o contexto histórico da organização do feminismo em ondas são analisadas as cronologias da Primeira e Segunda Onda Feminista e a influência da globalização no contexto feminista contemporâneo.

Palavras-chave: Feminismo contemporâneo. Movimentos sociais. Internet. Feminismo na internet. Globalização. Ondas feministas. Cronologia.

ABSTRACT

This work aims to carry out a sort of mapping of the demands of contemporary feminism, based on two documents of feminist movements: the World March of Women (2010) and the Slut Walks (2011). In order to answer the question: Are we living a 3rd Feminist Wave? For this, the importance of the internet as a tool for articulation, organization and communication of social movements in the present time is also analyzed - in order to understand the transformations that technology has incorporated into these movements. To understand the historical context of the organization of feminism in waves, the chronology of the First and Second Feminist Waves and the influence of globalization in the contemporary feminist context are analyzed.

Keywords: Contemporary feminism. Social movements. Internet. Feminism on the internet. Globalization. Feminist waves. Chronology.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
Capítulo 1 – Feminismo em ondas e jornadas cronológicas	
1.1 Primeira e Segunda Onda Feminista: debates historiográficos.....	13
1.2 Escrevendo Cronologias Feministas.....	18
1.3 Feminismo árabe-muçulmano - outras cronologias.....	20
Capítulo 2 – Globalização e Feminismos Contemporâneos	
2.1 Pensando em gênero e globalização.....	23
2.2 Mulheres em marcha: Marcha Mundial das Mulheres e Marcha das Vadias.....	27
2.3 Internet: um novo espaço de articulação feminista.....	36
Considerações finais.....	41
Referências bibliográficas.....	44

*Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a
liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é
ser livre.*

Simone de Beauvoir

INTRODUÇÃO

Quando iniciamos os estudos de História das Mulheres nos deparamos com uma divisão cronológica que marca dois momentos de lutas: a primeira onda feminista, que compreende o espaço de tempo entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX, e a segunda onda feminista, que tem seu auge nas décadas de 1960 a 1980. Cada onda possui suas reivindicações e articulações específicas, são momentos importantes que compõem batalhas travadas com o objetivo, em essência, de ampliar o direito das mulheres e conquistar a cidadania¹.

Essa divisão é útil do ponto de vista metodológico, ao passo que podemos estudar diferentes períodos da luta das mulheres, e posteriormente entender a relação entre elas, seus entraves e avanços. Porém, ao nos aprofundarmos nos estudos dessa temática, percebemos que as mulheres protagonistas desses dois momentos são norte-americanas e europeias e essa cronologia que privilegia essas agentes do chamado ‘primeiro mundo’, que são principalmente mulheres brancas e de classes média e alta, é a mesma cronologia que esconde ao não pôr em foco as mulheres latino-americanas, africanas e orientais. Se estabelece, assim, como **primeiro problema desta pesquisa**, entender de que forma essa cronologia foi elaborada, identificar o que revela e o que encobre, e pensar em quais outros feminismos e protagonismos se escondem nas lacunas desse arranjo.

O **segundo problema dessa pesquisa** se debruça a estudar que reivindicações são feitas na atualidade. Isso se dá a partir do estudo de dois documentos finais de movimentos sociais feministas com extensa participação feminina, a fim de entender que momento de luta estamos vivendo coletivamente e globalmente. Além disso, esse estudo busca entender quais são as pautas em destaque nos encontros feministas, para responder à pergunta que muitas pesquisadoras estão trazendo para debate: estamos vivendo uma terceira onda feminista ou nossas reivindicações são ainda majoritariamente continuidades da segunda onda?

A partir desse contexto, essa pesquisa no primeiro capítulo **tem como objetivo** analisar e questionar a própria cronologia feminista, a fim de entender de que modo é feita e quais lacunas estão presentes em sua construção. No segundo capítulo as análises são direcionadas para o feminismo contemporâneo e são estudados os documentos finais de

¹ Essa organização das lutas das mulheres em duas grandes ondas pode ser verificada em estudos como: *O Que é Feminismo*, de Alves e Pitanguy e *Contando Estórias Feministas*, de Clare Hemmings.

movimentos sociais feministas (Marcha Mundial das Mulheres e Marcha das Vadias), com o intuito de compreender quais reivindicações estão sendo feitas nas duas últimas décadas. Ao longo dessa pesquisa histórica pretende-se construir uma espécie de mapeamento da caminhada feminista. Ao final do trabalho busca-se uma resposta para a pergunta: estamos vivendo uma terceira onda feminista?

É importante ressaltar, ainda, que na atualidade temos uma ferramenta de disseminação global que não existia nos momentos anteriores de lutas feministas: a internet. Com ela, a informação chega a grande parte do mundo e leva informação sobre os encontros que estão acontecendo em tempo real. Dentro dos debates feministas, a internet pode ser pensada tanto como ferramenta quanto como um espaço de ativismo, que é o que apontam autoras vinculadas à noção de *cyberfeminismo*. Tomo também como **objetivo dessa pesquisa** analisar a influência da internet nesse momento da jornada feminista e entender de que forma é utilizada para mensurar seu impacto nas lutas das mulheres.

A escolha de trabalhar com Feminismo Contemporâneo tem base na constatação de que as historiadoras ainda não têm pesquisado e produzido conteúdo em volume significativo sobre essa temática. Existem trabalhos que discutem e rediscutem o Feminismo do final do século XIX e dos anos 1960, porém o feminismo contemporâneo, a partir da década de 1990 contém diversos aspectos pouco explorados.

Eventos mundiais sobre direitos das mulheres têm sido elaborados e suas resoluções presentes em seus documentos finais apontam possibilidades para se trabalhar com as reivindicações contemporâneas. Mapear essa caminhada apresenta relevância para o conhecimento histórico a fim de entendermos em que momento da jornada de luta da história das mulheres estamos, quais reivindicações estão sendo feitas e com quais objetivos, bem como compreender de que forma o movimento se transforma a partir da incorporação de um novo espaço de convivência: o virtual.

Esse trabalho, ainda, é relevante do ponto de vista pessoal, uma vez que iniciei meus estudos sobre a história das mulheres na UFRGS em 2013, e foi nesse espaço que me entendi enquanto mulher e compreendi as estruturas de desigualdade entre gêneros que vivemos em nossa sociedade. Com isso aprendi a importância de fazer com que nossas vozes sejam ouvidas e nossos direitos respeitados. A partir desse entendimento, em cada disciplina que cursei, procurei estudar um pouco sobre a história das mulheres de cada período - da Idade

Média com a Caça às Bruxas à 2ª Guerra Mundial com a importância da mulher nas esferas públicas de luta.

A fim de mapear a caminhada feminista contemporânea são usados como fontes dois documentos de movimentos sociais feministas que possuem uma articulação global e com participação brasileira. Esse recorte foi escolhido a partir do entendimento da influência global nesse momento da história feminista e é necessário para tornar possível uma análise nesse espaço de tempo e páginas. Foram escolhidos dois documentos de organizações autônomas, ou seja, não institucionais, porque aqui se entende que são nesses espaços que as reivindicações ficam mais evidentes e direcionadas. Esses documentos foram escritos a partir das marchas realizadas no Brasil nos anos de 2010 e 2011.

Essa análise se dá através da identificação de tópicos abordados em cada um desses eventos, com o objetivo de fazer uma aproximação entre os documentos, para entender de que forma essas pautas estão sendo discutidas e priorizadas dentro de cada espaço. Ao final desse processo temos um mapeamento dos debates realizados nesses espaços e podemos compreender um pouco mais sobre as demandas do feminismo contemporâneo.

Os documentos utilizados são:

1. A Marcha Mundial das Mulheres teve sua primeira edição nos anos 2000, e contou com uma grande mobilização global, com a participação de mais de 5.000 grupos de 159 países e territórios, em torno dos objetivos descritos em “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. É analisado o documento da *Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, realizada no Brasil em 2010².

2. A Marcha das Vadias, iniciada em Toronto em 2011, foi motivada por uma agressão verbal de um policial que ameaçava os corpos de universitárias, repercutiu em uma organização mundial que marchou contra a violência física. Será analisada a *Carta Manifesto* elaborada na Marcha de Brasília em 2011³.

Essas fontes se referem a espaços de encontros coletivos em que as mulheres têm se organizado nas últimas décadas, promovendo debates públicos e propostas de ação em escala mundial. Esses eventos agrupam feministas de vários segmentos, que colaboram com

² Documento presente no site Oficial da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW_Book_2011_PORTUGUESE.pdf> Acesso em: 12/06/2018.

³ Documento presente no site Oficial da Marcha das Vadias. Disponível em: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/>> Acesso em: 12/06/2018.

diferentes pautas e urgências, promovendo debates sobre questões étnicas, sexuais, de classe, entre outros. É com a participação de todas essas vertentes que se percebe quais as demandas necessárias e se estabelece um plano de ação. A partir desse contexto, os documentos finais desses encontros, são bons índices de quais discussões e atividades estão sendo feitas nas duas últimas décadas.

A análise documental, de acordo com Cellard⁴, propicia a percepção da dimensão de tempo histórico: favorece a observação da significação de conceitos, grupos, mentalidades e práticas. Para entender qual a melhor forma de se trabalhar com a fonte documental, é necessário observar que a utilização de um documento oficial não é prova de objetividade e imparcialidade, é necessário reconhecer que todas as produções, ainda que documentais, são compostas pela intencionalidade de quem as escreveu. Dessa maneira, se faz importante considerar quais os sujeitos envolvidos na produção desses escritos e quais os seus interesses. Além disso, o autor sugere que uma pesquisa documental pode ser organizada a partir de cinco etapas:

1: Análise do contexto histórico nos quais os documentos foram escritos;

2: Estudo das identidades dos autores envolvidos no processo de escrita;

3: Verificação da autenticidade e confiabilidade dos documentos;

4: Consulta dos conceitos-chave utilizados;

5: Análise documental a partir dos dados presentes nos documentos, tendo em vista a necessidade de interpretação, sintetização de informações, determinação de tendências e, por fim, a realização da inferência.

Para compor, então, essa pesquisa documental, esse sistema metodológico é utilizado da seguinte maneira: é feita uma análise do contexto histórico nos quais os documentos foram escritos considerando as particularidades que envolvem a organização de cada evento. Em relação a análise da autenticidade, considera-se que esses documentos foram disponibilizados em veículos oficiais de cada um dos respectivos eventos. Por fim, os conceitos-chave que são utilizados ao longo desse estudo se referem à teoria de gênero, história do feminismo e história das mulheres.

A fim de entender as nuances dos movimentos sociais feministas, é importante pensar nas definições conceituais presentes nos estudos de gênero enquanto categoria de análise

⁴ CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

histórica. Nesse sentido, o conceito de gênero entendido neste trabalho aproxima-se das reflexões feitas por Joan Scott, em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁵. Scott define Gênero através de dois pressupostos:

- A primeira refere-se ao entendimento de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos;
- A segunda acrescenta a percepção do entendimento de gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Dessa forma, considerando que as construções de gênero se dão de forma social e cultural, pensa-se em gênero como um elemento construído pela sociedade e não mais como produto biológico essencialista. O conceito de gênero utilizado por Scott possibilita analisar a história do feminismo considerando-o um movimento identitário que pensa as mulheres como sujeito político. Ou seja, entender o feminismo como um movimento que procura tensionar os significados do que é ser mulher em determinada sociedade.

A partir dessas questões metodológicas e conceituais, a organização desse trabalho se estabelece da seguinte forma: no primeiro capítulo é feita uma revisão bibliográfica acerca da primeira e da segunda onda feminista, acompanhando o (a) leitor(a) através da trajetória desses dois momentos, destacando suas reivindicações, teorias e avanços.

Essa trajetória é remontada com o amparo de teóricas e pensadoras dessas fases, como Mary Wollstonecraft, Zina Abreu, Branca Anves, Jacqueline Pitanguy, Susan Okin, entre outras. Posteriormente, ao final do primeiro capítulo, as cronologias feministas norte-americanas, europeias e orientais são analisadas de forma introdutória, para entendermos como as diferenças do processo de acordo com a localidade, cultura e raça acontecem e, ainda, para considerar que a cronologia usada aqui é uma das possíveis ao se trabalhar com feminismos. Nesse momento são tidas como referência pesquisadoras como Clare Hemmings e Naiara Assunção.

No segundo capítulo o feminismo contemporâneo a nível global está em foco, e para isso as pesquisas de Alicia Girón e Mary Nash são referenciadas. Ainda no segundo capítulo os documentos dos eventos selecionados são analisados e saberemos sobre as tendências dos debates que estão sendo feitos na atualidade. Ao final do segundo capítulo são feitas considerações sobre a utilização da internet em movimentos sociais, usando como referência

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n.2, jul/dez, 1995.

Manuel Castells e Vera Vieira. Essas etapas são necessárias para entendermos os momentos de luta na história das mulheres passadas e presentes, **questionando primeiramente como essa cronologia de estudo foi construída, posteriormente mapeando a caminhada feminista contemporânea para entender em que ponto dessa jornada estamos e por quais reivindicações estamos lutando e, por fim, considerando o uso da internet como novo espaço de articulação do movimento feminista.**

1. FEMINISMO EM ONDAS E JORNADAS CRONOLÓGICAS

1.1 Primeira e Segunda Onda Feminista: debates historiográficos

É frequente encontrarmos a divisão por historiadoras e feministas das fases das lutas das mulheres entre 1ª e 2ª Onda Feminista. A 1ª Onda corresponde ao período da segunda metade do século XIX e começo do século XX. Nesse momento, estavam sendo debatidas principalmente na América do Norte e na Europa, as questões referentes à igualdade política e à cidadania feminina.

O *Movimento Sufragista*, como é conhecido esse período, reivindica igualdade política e social através de duas frentes de luta operária:

A luta por melhores condições de trabalho (salário, redução da jornada, repouso semanal, condições de higiene), e a luta pelos direitos a cidadania (o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para os cargos do Parlamento posto que, como estes não eram retribuídos, somente os que tinham altas rendas poderiam desempenhá-los). (ALVES; PITANGUY, 2005).⁶

Os homens já haviam conquistado o direito de sufrágio universal e haviam eliminado o critério de renda que excluía grande parte da população de votar, porém o sufrágio universal era restrito a apenas um gênero: o masculino. Elas, então, se organizaram a fim de reivindicar a sua presença na vida política da sociedade. Segundo Alves e Pitanguy, essa luta contou com a mobilização de duas milhões de mulheres e se estendeu por sete décadas nos EUA e na Inglaterra, e 40 anos no Brasil.

Nos EUA, um dos estopins que influenciou a organização das mulheres, foi o texto presente na 14ª Emenda à Constituição Americana, no qual apareceu pela primeira vez a palavra *Male* (masculino) associada a Cidadão. Essa constatação gerou descontentamento de mulheres como Elizabeth Stanton, Susan Antony e Lucy Stone, que passaram a se questionar sobre a real cidadania feminina nos EUA, sua existência e o seu significado (ABREU)⁷.

Na Europa, em 1789, culminante da Revolução Francesa, foi aprovada em assembleia a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Durante esse período, autoras preocupadas com o reconhecimento da cidadania feminina escreveram periódicos sobre suas

⁶ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.42.

⁷ABREU, Zina. **Luta das Mulheres pelo direito ao voto**. Movimentos Sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. "ARQUIPÉLAGO. História". 2ª série, vol. 6, 2002, p. 454.

reflexões. É o caso de Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Hannah Mather Crocker. A primeira escreveu, em resposta a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulheres e da Cidadã*:

Artigo 1º A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum. **Artigo 2º** O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. **Artigo 3º** O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles. [...] (GOUGES, 1791)⁸.

Olympe de Gouges adotou esse nome para assinar seus panfletos e petições, os quais abordavam diferentes frentes de luta - entre elas a escravidão e a cidadania. Foi guilhotinada em 1793, acusada de ser contra revolucionária.

Mary Wollstonecraft faz uma reflexão acerca da cidadania, também partindo da análise dos *Direitos do Homem e do Cidadão*, escrevendo em 1792 *The Rights of Woman*:

After considering the historic page, and viewing the living world with anxious solicitude, the most melancholy emotions of sorrowful indignation have depressed my spirits, and I have sighed when obliged to confess, that either nature has made a great difference between man and man, or that the civilization which has hitherto taken place in the world has been very partial. (WOLLSTONECRAFT, 1792).⁹

Zina Abreu analisa *The Rights of Woman*, como o primeiro manifesto feminista na história da Inglaterra, repercutindo, inclusive, em discursos de autoras dos EUA como Hannah Mather Crocker em 1818, que escreveu um panfleto de nome *Observations on the Real Rights of Woman*. Após a publicação de Wollstonecraft, percebemos um aumento de trabalhos realizados a partir de suas reflexões ao longo da América do Norte e Europa: a autora se tornou referência entre as feministas que se dispunham a pensar sobre as questões da cidadania.

Esse cenário de discussões políticas e sociais possibilitou a articulação feminina no final do século XIX, dando origem ao movimento das *Sufragistas*. As mulheres foram às ruas e lutaram pelo direito ao voto através de manifestações e, em alguns casos, confrontos diretos com a polícia. Foi no século XX que as conquistas desse movimento começaram a aparecer: no Reino Unido foi permitido o voto das mulheres em 1918 (com restrição de faixa etária), e

⁸ Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Disponível em: <<https://goo.gl/A7CiHD>>. Acesso em: 21/06/2018.

⁹ WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication** (Ed.1989), in Todd & Butler (eds), Works, vol 5, Op, Cit.; Int.

nos Estados Unidos em 1919. Essa experiência somou-se à anterior organização das mulheres em torno da abolição da escravidão, propiciando um maior entendimento sobre seu poder de articulação e esboçando uma organização coletiva.

Entre os anos de 1930 e 1940, percebemos que muitas das reivindicações das mulheres foram conquistadas: o direito de votar e ser votadas, a inscrição nas instituições de ensino e, também, atuação como profissionais no mercado de trabalho. Verifica-se que essas conquistas acontecem em um contexto no qual em alguns países está ocorrendo a ascensão do fascismo, e o mundo volta seu olhar para conter o avanço desse sistema político excludente e autoritário. Nesse período, alguns países do mundo travam a 2ª Guerra Mundial, levando os homens ao campo de batalha e deixando vagas suas posições de trabalho. É nesse contexto que as mulheres se fazem tão importantes no mercado de trabalho: com a partida dos homens para a Guerra, as mulheres passam a realizar atividades que antes eram ocupadas por eles. Atuando agora, não somente na administração do lar, mas também na esfera do mercado de trabalho.

Esse período nazi-fascista tem como característica a repressão dos movimentos sociais, inclusive o movimento feminista. Percebe-se, então, uma relativa reclusão das mulheres nas esferas públicas de luta. Com o fim da guerra, e o retorno dos homens às suas ocupações anteriores, as mulheres são retiradas do mercado de trabalho e incentivadas a voltar à sua posição de cuidadoras do lar, do esposo e dos filhos. A participação das mulheres no mercado de trabalho, então, é desestimulada, tornando-se evidente novamente o caráter segregatório das atribuições de gênero impostas pela sociedade. (ALVES; PITANGUY, 1981)

Com a volta das mulheres à esfera do lar, campanhas de desenvolvimento e comercialização de eletrodomésticos são feitas sob o pretexto de diminuir o trabalho das mulheres em casa. Essa campanha de “amenização” de danos, entretanto, não é suficiente para apaziguar a percepção de que estava acontecendo uma retração de seus direitos políticos. Muitas mulheres ao serem retiradas do mercado de trabalho passam a enfrentar problemas psicológicos devido ao retrocesso que estava sendo imposto.

Durante esse período, em 1949, Simone de Beauvoir faz uma contribuição muito importante para a política feminista, escrevendo *O Segundo Sexo*¹⁰, livro marcado pela frase

¹⁰ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

que se tornaria conhecida mundialmente: *não se nasce mulher, torna-se uma*. Simone desnaturaliza o ser mulher ao desvincular as atribuições de gênero impostas pela sociedade do sexo biológico. Trazendo à tona o debate de que performances do que é ser mulher, que incluem seus valores e comportamentos, são construções sociais e não determinações biológicas.

Em 1951, em Genebra, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprova a recomendação número 90 “*Tendo decidido adotar proposições relativas ao princípio de igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor, matéria que constitui a sétima questão da ordem do dia da Reunião*”¹¹. Podemos perceber, então, que esse momento é marcado por grandes avanços políticos, porém esses avanços estão atrelados ao cenário do final da 2ª Guerra Mundial, no qual se promove a volta da associação da imagem da mulher às esferas domésticas.

A Segunda Onda Feminista compreende o período de 1960 a 1980 e corresponde a um momento em que novas pautas tomaram protagonismo nas reivindicações das mulheres. A partir das lutas travadas pela Primeira Onda - que propiciaram não somente a conquista ao voto, como também a nascente formação de identidades feministas – o feminismo, no século XX, se consolidou como um discurso de caráter político, intelectual e filosófico, cujo objetivo era romper com os padrões de subalternidade intrínsecos às sociedades patriarcais.

Para Dominique Fougeyrollas-Schwebel, o impacto desse momento posterior às lutas sufragistas é marcado pelos questionamentos dos domínios da esfera política. Uma das prioridades desse movimento está expresso na afirmação de Carol Hanisch: “o pessoal é político”¹².

No final dos anos 1970, as bases da teoria feminista já estavam em formação. Alves e Pitanguy remontam a caminhada teórica desse período: ainda nos anos 70, é publicado o livro *Política Sexual*, de Kate Millet, no qual ela *analisa historicamente as relações entre os sexos, afirmando que o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação prevalente em todas as culturas, e que penetra as religiões, leis e costumes de todas as civilizações*.¹³

¹¹ Site oficial da OIT de Brasília. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242716/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 15/05/2018.

¹² OKIN, Susan Moller. Tradução de BIROLI, Flávia. **Gênero, o público e o privado**. Rev. Estud. Fem. vol.16 no.2 Florianópolis, May/Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002>. Acesso em: 18/07/2017.

¹³ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.53.

As produções seguem com Juliet Mitchel em *A Condição da Mulher*, livro publicado nesse mesmo período, no qual ela busca pensar as diferenças não só gerais da discriminação de gênero, mas também nos seus aspectos específicos como, por exemplo, as peculiaridades com que essa discriminação se dá entre diferentes classes sociais e diferentes etnias. Juliet destaca que a verdadeira transformação precisa se dar nas quatro esferas que compõe a discriminação: da produção, da reprodução, da sexualidade e da educação.

A organização feminista a partir de 1970 tem como principais objetivos levantar questões em torno da família, da sexualidade, dos direitos reprodutivos e do mercado de trabalho. Essa categorização se dá a partir de um esforço metodológico, porém se entende que as linhas que delimitam esses segmentos são fluidas.

No campo da família e mercado de trabalho, as mulheres reivindicavam o fim do controle por parte do marido sob as atividades exercidas pelas esposas. As leis que permitiam esse controle foram abolidas apenas no século XX - na França os maridos podiam proibir suas esposas de trabalhar até o ano de 1965. Ainda no campo da família, englobando também a discussão sobre sexualidade, outro importante ponto de reivindicação é em relação às leis que proibiam mulheres de acusar seus maridos por crime de violência sexual - essa conquista se deu em alguns países apenas nos séculos XX e XXI.

Nos campos que discutem questões sobre o corpo e sexualidade, passa-se a questionar as violências cometidas tanto pela sociedade quanto pelos homens em relação ao corpo feminino. As mulheres passaram a explorar o domínio de seus corpos e a entender que nenhuma pessoa pode manipulá-lo sem a sua permissão. Alves e Pitanguy avaliam as reivindicações feitas pelas feministas nesse período:

O movimento feminista denuncia a manipulação do corpo da mulher e a violência a que é submetido, tanto aquela que se atualiza na agressão física – espancamento, estupros, assassinatos – quanto a que o coisifica enquanto objeto de consumo. Denuncia da mesma forma a violência simbólica que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Reivindica, também, o direito à informação e ao acesso a métodos contraceptivos seguros, masculinos e femininos. Propõe, principalmente, que o exercício da sexualidade se desvincule da função biológica de reprodução, exigindo dessa forma o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade. Nesse sentido, advoga o aborto livre, e a ruptura com os moldes tradicionais em que o desempenho sexual da mulher vem sendo encerrado. (ALVES; PITANGUY, 1982).¹⁴

¹⁴ Ibid., p. 60.

Dessa forma, esse novo momento de luta feminista compreende não somente a busca por igualdade jurídica e política, mas também questiona a desigualdade em seu âmbito cultural, entendendo que a posição ocupada pelas mulheres nas sociedades não foram a elas atribuídas biologicamente, e sim culturalmente. As mulheres, então, formulam teorias para pensar nas diferentes atribuições que a sociedade estabelece de acordo com a classificação de gênero. Elas passam a questionar toda a estrutura social que determina, por exemplo, que os lugares sociais femininos são atrelados ao cuidado do lar, da família e dos filhos; enquanto os homens ocupam uma posição protagonista em uma hierarquia de poder, mantendo posições políticas e sociais privilegiadas. Passa-se a reivindicar uma mudança cultural e, conseqüentemente, educacional, para se formar uma sociedade consciente das implicações que essa distinção de gênero provoca.

1.2 Escrevendo Cronologias Feministas

Quando se estuda sobre a teoria feminista, logo se percebe uma predominância de narrativa: a primeira e a segunda onda são representadas por protagonistas brancas, norte-americanas e europeias. Lemos autoras que repetem essa cronologia marcada por uma história já muito visitada e cada vez mais questionada no sentido de fazer-se entender como a única. Um dos objetivos desse primeiro capítulo é não repetir sem antes questionar de que forma ela é construída, quais são suas bases teóricas e, a partir disso, descobrir que outras trajetórias feministas desconhecemos.

Clare Hemmings, em *Contando estórias feministas*¹⁵, identifica e analisa as estórias¹⁶ dominantes contadas por acadêmicas a respeito da cronologia do feminismo, questiona as divisões atribuídas às décadas da segunda onda, e critica a narrativa que identifica o desenvolvimento do pensamento feminista como uma busca obstinada de progresso ou perda. Dessa forma, ela analisa publicações interdisciplinares feministas e de teoria cultural para examinar a estória dessa cronologia.

¹⁵ HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17(1), 2009.

¹⁶ Para Clare Hemmings o uso da palavra estória pretende destacar a contingência do termo em relação a “história”. Em seu texto original em inglês, ela utiliza o termo “story”, traduzido pela Revista Estudos Feministas por “estória”, para enfatizar o processo pelo qual se produz sentidos sobre o passado, questionando a noção de que a “história” é algo meramente descritivo.

Hemmings faz uma análise acerca da teoria feminista ocidental como uma narrativa em desenvolvimento. Ela identifica que foi elaborada uma divisão entre as décadas de lutas da segunda onda: na década de 70 nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela década de 80 com um cuidado em relação a identidade e diversidade, rumo a década de 90 marcada pela diferença e a fragmentação.

A mudança, que parte dos anos 70, ingênuos e essencialistas, para a crítica do feminismo negro e da “guerra dos sexos”, dos anos 80, e daí para os anos 90 da “diferença” e além, mapeia a estória como progresso para além das categorias e identidades falsamente delimitadas. Uma mudança partindo do início da segunda onda, vista como politizada e unificada, passando pela entrada na academia nos anos 80, e daí para a fragmentação em múltiplos feminismos e carreiras individuais, mapeia a estória da perda do compromisso com transformações políticas e sociais. (HEMMINGS, 2009).¹⁷

Independente de que forma se encare a estória, se com celebração ou pesar, ela observa que a mesma cronologia pós-estruturalista permanece, no qual é atribuído às teóricas dessa linha o título de “as primeiras a desconstruir o ser mulher”. Dessa forma, feministas não norte-americanas acabam por tentar se encaixar a essa cronologia ainda que ela não contemple a sua real jornada, enquanto tantas outras feministas no mundo a questionam por não se identificarem com ela.

A cronologia em ondas cria alguns problemas para pensar as especificidades das experiências feministas fora do eixo Estados Unidos/Europa. Por exemplo, no caso da América Latina, houve uma conexão entre os movimentos feministas dos anos 1960-1980 com a "segunda onda" do feminismo europeu e estadunidense. Porém, a historiografia mais recente tem ressaltado que é preciso levar em conta as particularidades da experiência feminista dessas sociedades. No caso dos países da América do Sul, a emergência das ditaduras, no período em questão, produziu especificidades às pautas e organizações feministas que podem ser ofuscadas se considerarmos uma cronologia modelada pelo feminismo do hemisfério norte. (MÉNDEZ, 2008)¹⁸

Essa dupla estória (como chama Hemmings) é a narrativa que frequentemente encontramos em estudos acadêmicos, e precisa ser entendida através de seu recorte

¹⁷ Ibid., p 216.

¹⁸ MÉNDEZ, Natalia. **Com a palavra o segundo sexo**: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Tese: Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Rio Grande do Sul, 2008.

geográfico a fim de dar espaço para outras narrativas insurgentes. A fim de nos aproximarmos de outras cronologias feministas, para termos perspectiva de que outras temporalidades existem de acordo com a localidade, cultura e raça, o feminismo árabe-muçulmano é apresentado de forma introdutória.

1.3 Feminismo árabe-muçulmano - Uma outra cronologia

Os feminismos da parte oriental de nosso planeta talvez sejam os que mais englobam discussões sugestivamente distantes das nossas. Isso se deve a um fator de afastamento físico, mas também às informações distorcidas que recebemos através das vias midiáticas, como a tv, rádio e as redes sociais. Frequentemente são veiculadas reportagens de cunho terrorista associadas ao extremismo religioso, além de termos dificuldades de compreensão quanto a aparente subordinação da mulher. Há uma diferença cultural presente, e sabemos que a primeira vista um choque de culturas pode acontecer e sugerir um afastamento entre sociedades diferentes, é necessário, então, um olhar mais atento, bem como despir-se de pré-conceitos a fim de nos colocarmos mais abertos para conhecer o diferente e buscar semelhanças, considerando as diferenças não como ruins, mas como naturais à vida humana e da convivência em sociedades.

Ao longo do meu período de graduação não tive muito contato com os feminismos árabe-muçulmanos, assim como boa parte da sociedade também não tem. A ideia comum que aparece, a partir do desconhecimento de uma cultura, é de que as reivindicações por igualdade de gênero chegaram ao oriente tarde ou emprestadas de outros países do ocidente. Naiara Assunção, em seu artigo *Movimentos feministas no mundo muçulmano*¹⁹ nos ajuda a mapear essa cronologia e, ao estudar de forma acurada a história e os movimentos sociais do mundo árabe-muçulmano nos apresenta a limitação desses ponto de vistas ocidentais ao pensar na trajetória oriental. Ela aponta elementos que indicam que “mulheres estão engajadas em questionamentos públicos ao *status quo* desde o final do século XIX, sendo o Egito um país pioneiro nesse sentido”. As primeiras expressões de cunho feministas foram encontradas na forma de poesias, ensaios e contos em 1860 e 1870, tendo seu auge na década de 1890 com o jornalismo feminino e os debates de salão. (BADRAN, 2012)

¹⁹ ASSUNÇÃO, Naiara. **Movimentos Feministas no Mundo Muçulmano**. Impresso. 2017.

Durante esse período, as autoras Assunção e Badran pontuam, que as mulheres começaram a questionar o uso do *hijab* (véu que envolve a cabeça e o rosto das mulheres), o confinamento nos haréns e ainda o controle que suas famílias exerciam sobre suas vidas.

“O harém era o lugar onde um homem abrigava a família, sua esposa ou esposas, seus filhos e parentes. Podia ser uma casa ou uma tenda, e referia-se tanto ao espaço como às pessoas que viviam dentro dele. Dizia-se “o harém de Fulano de Tal”, quando se queria falar seja dos membros de sua família, seja do seu lar físico. (...) Outros homens não podiam entrar ali sem permissão do dono e, quando entravam, tinham que obedecer suas regras. Um harém tinha a ver com o espaço privado e as regras que o regiam.” (MERNISSI apud ASSUNÇÃO, 2018)²⁰.

Em 1892, Zainab al-Fawwaz dá início às publicações feministas em revistas egípcias: “Não vimos nenhum código legislativo de ordenação divina, ou nenhuma lei no corpus religioso que proíba que as mulheres exerçam as mesmas tarefas que os homens” (apud, ASSUNÇÃO). Ainda nesse mesmo ano, Hind Naufal funda a revista al-Fatah (A Jovem Mulher) dando início às publicações feministas em revistas egípcias.

Uma das principais lutas se dava pelo acesso da mulher à educação e ao trabalho. As feministas se dedicavam a contrapor o argumento patriarcal de que as mulheres eram essencialmente diferentes dos homens, afirmando que esta diferença era uma construção social, criada pelo confinamento e pela privação à educação. Igualdade de oportunidades e a plena cidadania apenas seriam alcançadas com o acesso das mulheres à instrução e ao trabalho assalariado. Inclusive, críticas eram direcionadas ao fato de que vários postos de trabalho, no Egito, eram ocupados por inglesas. Apelavam, portanto, também para o discurso nacionalista, reivindicando que tais postos fossem ocupados por egípcias. (ASSUNÇÃO, 2018)

Percebemos aqui que a educação e o trabalho são pontos chave de reivindicações egípcias, o que as aproxima de feministas do mundo ocidental, que também abordam esses temas como fundamentais para a equidade de gêneros. Pode-se notar, ainda, que a presença de mulheres inglesas no Egito colabora no sentido de abrir precedentes para as demandas das feministas egípcias, que buscam emancipação e o direito de poder também conquistar cargos já ocupados por mulheres de outros países. Observa-se também que as pautas feministas se sobrepõe e por isso o movimento a nível global tem tanto a ganhar com a aliança de mulheres de diferentes culturas.

Mary Nash, em seu livro *Mujeres en el mundo: historias, retos y movimientos*²¹, discorre sobre o fato de que o feminismo ocidental reforça uma visão vitimista das mulheres muçulmanas ao insistir em pautas como o uso do véu, e transformar esta pauta na única

²⁰ MERNISSI, Fátima. **Sonhos de Transgressão**. Minha vida de menina em um Harém, 1996. In: ASSUNÇÃO, Naiara. *Movimentos Feministas no Mundo Muçulmano*, p.2.

²¹ NASH, Mary. **Mujeres en el mundo: historia, retos y movimientos**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

referência de experiência coletiva daquelas mulheres. Ela cita uma intelectual muçulmana chamada Leila Ahmed:

Nunca se ha argumentado, ni en los días de Mary Wollstonecraft, cuando las europeas no tenían derechos, ni en nuestros días ni siquiera por las feministas más radicales, que debido a la dominación masculina y la injusticia a las mujeres que han pervivido en la historia escrita del Occidente, el único recurso abierto a las mujeres occidentales fuera el abandono de la cultura occidental y su búsqueda de otra cultura. La idea parece absurda, y sin embargo, figura de forma abitual en el enfoque de sus propuestas sobre la mejora. (AHMED apud NASH, 2012)²²

Leila Ahmed, nessa passagem irônica, sugere que enquanto as feministas ocidentais podem reivindicar seus objetivos sem abdicar de seu legado cultural, as feministas muçulmanas e árabes, para alcançar os seus objetivos, precisam renunciar à cultura oriental e adotar a cultura ocidental, que não teria o mesmo caráter sexista. Nash percebe que essa postura de superioridade das feministas ocidentais aparece em muitos discursos, causando um antagonismo entre as feministas de diferentes culturas. No próximo capítulo é analisada de forma mais aprofundada as relações entre feministas no contexto da globalização.

²² AHMED, Leila. **Women and Gender Islam**, 1992 In: NASH, Mary. **Mujeres en el mundo**: historia, retos y movimientos. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

2. GLOBALIZAÇÃO E FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS

2.1 Pensando em Gênero e Globalização

Para pensarmos em globalização, nos aproximamos de um livro coordenado por Alicia Girón, *Género e globalización*, no qual ela traz elementos para entendermos esse novo momento vivido pelas lutas feministas no contexto da globalização. Esse livro é composto por textos de autoras e autores latino-americanos que discorrem sobre as reivindicações no mundo contemporâneo e sobre a influência do processo de globalização na caminhada feminista.

Os processos de globalização compreendem um conjunto de dinâmicas e processos sociais ambivalentes, pois estão organizados através de uma forma particular de globalização - a neoliberal. Dessa forma, a política é subordinada a economia, assim como os interesses dos cidadãos às lógicas de mercado. Esse período é marcado por um momento de democracia de baixa intensidade e muita contestação.

El privilegiar al mercado como regulador de las relaciones e interacciones sociales ha tendido a minimizar el rol de los Estados en sus funciones integradoras, debilitando su rol de mediador de la conflictividad social, modificando profundamente el contenido de su accionar democrático. Este énfasis en el mercado ha tenido también efectos perversos sobre las concepciones de ciudadanía, al percibirla - en su versión neoliberal - como acceso individual al mercado y como expresión de capacidad de consumo y no de su característica de categoría política y práctica portadora de derechos. (GIRÓN, 2009)²³

Esse cenário deu origem a novas vulnerabilidades sociais, bem como a novos conflitos acompanhados de exclusões de partes da sociedade. Para todo direito que é retirado, entretanto, há quem se levanta para lutar, sendo assim, esse novo cenário também impulsionou o surgimento de novas subjetividades, identidades e novos grupos sociais que resistem e lutam por seus direitos.

A globalização está enfraquecendo ou fortalecendo o antagonismo social de classes, gênero-“raça”/etnicidade? Por um lado, as desigualdades sociais no trabalho, emprego e relações salariais parecem ter piorado sob o impacto das políticas de flexibilidade. Por outro lado, as lutas contra a globalização parecem ter

²³ GIRÓN, Alicia (org). **Género y globalización**. Buenos Aires 1a Ed., Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009, p. 10.

resultado no surgimento de novos atores coletivos como a Marcha Mundial das Mulheres e outros. Este é um dos paradoxos da globalização. (HIRATA, 2015)²⁴

A globalização se revela “terreno de disputas”, que abriga novas exigências. Se torna um espaço para questionar categorias, repensar verdades sociais e políticas e construir alternativas que beneficiem a população.

Análisis feministas sobre globalización nos evidencian cómo la política económica, los movimientos sociales, la formación de identidades y los asuntos del sujeto son generalmente indeliguables unos de los otros. Las ambivalencias y múltiples sentidos de la globalización tienden a producir nuevas distorsiones de género al mismo tiempo que subvierten otras, dando pie a nuevas dinámicas de exclusión e inclusión. [...] En todos los procesos de ajuste estructural, las mujeres han funcionado como un factor oculto del equilibrio para absorber los shocks de los programas de ajuste de la economía, tanto intensificando el trabajo doméstico para compensar la disminución de los servicios sociales por la caída del gasto público, como por el hecho de que la privatización de los sistemas de seguridad social ha incidido en mayor medida en las mujeres por su papel en la reproducción. Así, su posición en la familia y en el mercado de trabajo las ubica como parte de la estrategia desreguladora del mercado. (GIRÓN, 2009)²⁵

Através dessa análise feminista sobre a globalização, percebemos que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho acaba, muitas vezes, dobrando seu turno de trabalho e suas responsabilidades, uma vez que ela continua sendo a chefe do lar (a ela cabem as atividades de limpeza, organização e gerenciamento da vida doméstica), e ainda continua sendo a principal responsável pela criação e educação dos filhos. Esse processo não é pensado de forma com que as mulheres e homens dividam as responsabilidades enquanto casal, mas reafirma o caráter patriarcal da sociedade ao passo que ignora as atividades da vida privada em um momento no qual as lutas feministas já expõe a necessidade de se discutir publicamente sobre essa diferenciação.

Um exemplo muito significativo da tensão entre trabalho remunerado e trabalho reprodutivo vem do caso das *famílias chefiadas por mulheres*. Em todo o mundo, inclusive no Brasil, o número de famílias deste tipo tem crescido de modo expressivo²⁶. Não se trata de fenômeno necessariamente negativo, já que, em muitos casos, a maior autonomia econômica da mulher pode lhe ajudar a sair de uma situação familiar de abuso e risco (como no caso das vítimas da violência doméstica). Mas as desigualdades de gênero fazem com que homens e mulheres experimentem de forma diferenciada situações de vulnerabilidade e tenham estratégias diferentes para confrontá-las. Os dados revelam que, mais que a principal provedora, a chefe de família é, quase sempre, a *única* provedora. Ou seja, a imensa maioria precisa garantir o bem-estar de suas famílias – não só não dispõe

²⁴ HIRATA, Helena. **Globalização, trabalho e gênero**. Revista de Políticas Públicas, 2015, p. 114. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770/1848>>. Acesso em: 22/06/2018.

²⁵ Ibid., p. 10.

²⁶ Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) mostram que, em apenas uma década, o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil cresceu 30% (passando de 22% do total de famílias em 1993 para 28,8% em 2003). Destas, 95,2% não têm cônjuge – proporção radicalmente inversa à dos homens chefes de família, dos quais apenas 4,8% não têm cônjuge. Dados pertencentes a citação.

de uma complementação da renda familiar, como também não pode contar com a ajuda de um companheiro para dividir responsabilidades no trabalho doméstico e no cuidado com os filhos. (CUNHA; FUENTES, 2006)²⁷

Tendo em vista essas distinções, conseguimos compreender porque é necessária uma análise de gênero da globalização, uma vez que esse processo afeta de forma diferente mulheres e homens, tanto pela situação estrutural das mulheres nas relações de poder na sociedade, quanto pelas estratégias globalizadoras. Dessa forma, não é possível entender os processos associados à globalização sem a introdução dos estudos de gênero.

Los efectos de la reestructuración de los modos de vida que pretende la globalización no son iguales para hombres y mujeres, como tampoco lo son para todas; no obstante todas ellas son afectadas específicamente, como resultado de su posición en la división sexual del trabajo y de su posición de subordinación genérica; esta situación común es la que permite que, a pesar de las diferencias de clase, etnia y religión, “las mujeres” constituyan un grupo con intereses generales compartidos. (GIRÓN, 2009)²⁸

Os efeitos da globalização e do patriarcado não se aplicam, então, da mesma forma para todas as mulheres. É preciso considerar diferenças de classe, raça, sexualidade e religião. Cada grupo social enfrenta diferentes formas de opressão e levanta reivindicações próprias dessas experiências. É preciso considerar, contudo, que a divisão sexual do trabalho e a posição de inferioridade das mulheres nas sociedades patriarcais são pontos de unificação e, portanto, opressões compartilhadas entre todas as mulheres.

A globalização propicia, ainda, diferentes formas de exploração do corpo e do trabalho das mulheres através do mercado de imigração, que se apresenta como alternativa frente ao cenário de desemprego: “Segundo dados do Fundo das Populações das Nações Unidas, no ano de 2006 as mulheres constituíam 49% dos migrantes no mundo, num total de 95 milhões de mulheres.” (NASH, p.317)

Un ámbito donde la vulnerabilidad de las emigrantes salta a la vista es la trata de personas a escala internacional. Allí el “cargamento humano” destinado a la prostitución u otras formas de explotación laboral está constituido principalmente por mujeres y niñas. El Fondo de Población de Naciones Unidas en su informe de 2000 señala que 4 millones de mujeres son vendidas cada año con tres fines: prostitución, esclavitud o matrimonio. (GIRÓN, 2009)²⁹

O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é uma das marcas da globalização e do patriarcado. A Organização Internacional de Migrações calcula que 500 mil mulheres são levadas para a Europa para fins de tráfico sexual e esse negócio fatura

²⁷ CUNHA, Gabriela; FUENTES, Fernanda. **Mulheres, trabalho e Globalização**: Gênero como determinante nos padrões globais de desigualdade. Revista *Ártemis*, Vol. 4, 2006, p.14.

²⁸ *Ibid.*, p. 31.

²⁹ *Ibid.*, p. 31.

anualmente entre 5 a 7 bilhões de dólares. A preocupação com a exploração do trabalho e dos corpos das mulheres é pauta das reivindicações feministas contemporâneas, assim como a diminuição dos empregos femininos:

La privatización de los servicios públicos ha conducido a la pérdida de empleo en sectores donde generalmente había más mujeres que hombres, tales como salud, seguridad social y educación. El informe de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL, 2006) sobre evolución de las tasas de desempleo entre 2002 y 2005, que fue realizado en 17 países, muestra que las tasas de desempleo femenino siguieron siendo más altas, manteniéndose cuatro puntos por encima de las de los hombres. (GIRÓN, 2009)³⁰

O desemprego sem amparo em países subdesenvolvidos leva as mulheres a realizar migrações para países em desenvolvimento. Longe de suas famílias, são alocadas em trabalhos informais, como domésticas ou, ainda, exercendo a prostituição.

Trabalhadoras agrícolas também são atingidas pelos efeitos da globalização e do patriarcado, seja com a precarização de suas tarefas ou, ainda, sendo expostas aos efeitos nocivos do uso de produtos químicos:

Tercerización del empleo femenino: casi la mitad de las mujeres que trabajan en sectores distintos a la agricultura lo hacen en el sector informal en 7 a 10 países de América Latina. La integración de la mujer al trabajo se está haciendo con activas tendencias a la concentración de la mano de obra femenina en trabajos de menor calidad y a tener una gran presencia en la economía informal. (GIRÓN, 2009)³¹

Dessa forma, percebemos que apesar das promessas globalizadoras atrativas de aumento de emprego, aumento da produção e melhores condições de vida, o caráter neoliberal da estratégia globalizadora acaba por acentuar as desigualdades de grande parte das mulheres no mundo. A desvalorização de suas atividades de trabalho e a dificuldade de acesso ao ensino de novas tecnologias colocam as mulheres em situação vulnerável na sociedade. Mesmo as mulheres que conseguem se “beneficiar do desenvolvimento” (GIRÓN, 2009) exercem jornadas duplas e triplas de trabalho e, ainda, não têm pleno reconhecimento de seus direitos políticos, econômicos, sociais, sexuais e reprodutivos.

Todo esto apunta a la construcción de “un sentido común universal” para el cual son legítimas y casi naturales las desigualdades sociales, las diferencias de género, las desigualdades en relación con el trabajo, la imposición de los intereses del capital, la depredación del planeta y la mercantilización de las relaciones entre las personas. El proceso está acompañado y es sostenido por la imposición de un discurso hegemónico y de una propuesta de modelo civilizatorio que se presenta

³⁰ Ibid., p. 33.

³¹ Ibid., p. 34.

como indefectible y que ubica al mercado total como hilo conductor, fin en sí y utopía absoluta. (GIRÓN, 2009)³²

A globalização, então, reafirma a condição de subalternidade das mulheres e mascara a disfunção que o patriarcado causa, ao se apresentar como uma política moderna que promove a liberdade dos indivíduos. O discurso neoliberal da globalização se impõe como um caminho inquestionável de progresso, mas continua ignorando as reivindicações sociais e aprofundando as desigualdades já presentes nas sociedades.

Nesse tópico iniciamos o mapeamento dos pontos de reivindicações das mulheres contemporâneas no contexto da globalização: aumento da taxa de desemprego, designação a atividades de trabalho inferiores, migrações forçadas, exploração do corpo feminino, dificuldade de acesso à informação e à tecnologia e falta de segurança no trabalho. Adiante é analisado como essas e outras reivindicações aparecem e são discutidas em dois documentos finais de eventos feministas.

2.2 Mulheres em movimento: Marcha Mundial das Mulheres e Marcha das Vadias

Pensando em mapear a caminhada feminista a fim de entender como as mulheres estão se organizando em espaços autônomos na história recente, proponho uma análise de dois documentos elaborados por dois movimentos feministas. O objetivo dessa aproximação de documentos é identificar quais reivindicações estão sendo feitas e de que forma estão sendo discutidas em cada espaço. Dessa forma, têm-se o início de um mapeamento das reivindicações do feminismo contemporâneo e uma amostra de como as questões de desigualdade de gênero estão sendo debatidas e priorizadas em diferentes espaços de organização.

O primeiro documento é a Plataforma de Ação elaborada pela *Marcha Mundial das Mulheres*, no Brasil, no ano de 2010. A Marcha Mundial das Mulheres “nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência”.³³ A Marcha se identifica como um movimento permanente com marcantes ações internacionais a cada 5 anos: nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015, a fim de dar visibilidade para suas reivindicações. Entre esses períodos, a MMM se articula com

³² Ibid., p. 35.

³³ Site oficial da Marcha Mundial das Mulheres, organizado no Brasil. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>> Acesso em: 30/05/2018.

coletivos feministas ao redor do mundo e organiza ações em conjunto de outros movimentos sociais. No caso do Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres teve participação efetiva nas quatro Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres.

A terceira ação internacional (que é analisada aqui) tem como chamada “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres.” No Brasil ela teve duração de 10 dias saindo da cidade de Campinas e chegando à cidade de São Paulo, e estima-se que “quase 3 mil mulheres percorreram cerca de 100 km andando entre beira de estradas e ruas movimentadas no interior de SP”³⁴.

O segundo documento é a *Carta Manifesto* da Marcha das Vadias realizada em Brasília no ano de 2011. O movimento “Slutwalk” surgiu no Canadá, no mesmo ano em que mais de 3 mil mulheres canadenses saíram às ruas e marcharam contra o discurso de culpabilização da mulher em casos de violência sexual. A partir desse momento, ocorreram manifestações levantando a mesma bandeira em mais de 30 cidades e em diversos países (entre eles: Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Suécia, Nova Zelândia, Inglaterra, Israel, Estados Unidos, Argentina e Brasil)³⁵.

No Brasil, a Marcha das Vadias acontece anualmente e é organizada por coletivos locais que discutem esse tema de forma universal. O termo “vadia”³⁶ é apropriado pelas mulheres da Marcha no sentido de ressignificar uma expressão utilizada por homens para justificar diferentes tipos de agressões cometidas por eles. Sendo assim, formou-se o slogan: “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias”.

É importante ressaltar, ainda, diferenças entre esses dois movimentos: a MMM é um movimento que possui características de maior organização, com atividades permanentes e coordenações em cada país. A MV é um movimento que também acontece em vários países e é organizado através de coletivos de cada cidade. As Marchas das Vadias acontecem de forma anual e, no Brasil, os coletivos com atuação mais expressiva são os das cidades de Curitiba, Brasília e Rio de Janeiro. As comunidades desses coletivos no facebook³⁷ são

³⁴ SILVEIRA GOMES DA COSTA, Maria da Graça; SCHWADE, Elisete. **Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial das Mulheres e o MST**. Revista Sociais e Humanas, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 221-230, dez. 2012. ISSN 2317-1758. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2863>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

³⁵ Site oficial da Marcha das Vadias do Distrito Federal. Disponível em: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/sobre>> Acesso em: 13/06/2018.

³⁶ Site oficial da Marcha das Vadias de Curitiba. Disponível em: <<https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias>> Acesso em: 13/06/2018.

³⁷ Segue links das comunidades da Marcha das Vadias no facebook das cidades de Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, respectivamente: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/?ref=br_rs>;

frequentemente atualizadas, promovendo a interação de pessoas que as seguem, com o intuito de manter-se um coletivo coeso e propiciar a união do grupo durante o ano todo e não somente durante as marchas.

A fim de analisar as reivindicações presentes nesses dois documentos são compostos os seguintes tópicos: trabalho, violência e questões sobre o corpo, sexualidade, e, por fim, paz e desmilitarização.

Trabalho

As reivindicações relacionadas às questões do trabalho aparecem como tópico inicial no documento da Marcha Mundial das Mulheres, já no documento da Marcha das Vadias esse assunto não é abordado.

No documento da MMM³⁸, o reconhecimento do trabalho das mulheres e o questionamento sobre a divisão sexual do trabalho são temas centrais nos debates sobre autonomia econômica feminina. As mulheres desse coletivo acreditam que é necessário construir novas relações sociais e um novo modelo econômico, que considere como trabalho também a organização e o gerenciamento do lar.

O modelo dominante só considera como econômicas as atividades realizadas na esfera mercantil, desconhecendo uma imensa quantidade de trabalho doméstico, de cuidados, e para o auto-consumo, em sua maioria realizados por mulheres. Além disso, desvaloriza o trabalho assalariado realizado pelas mulheres. (Documento da Marcha Mundial das Mulheres, p. 3 e 4)³⁹

Além disso, chamam atenção para o debate sobre a igualdade de salários, pois verificam, ao utilizar os dados do PNAD/IBGE, que na nossa sociedade ainda há disparidade entre os valores de remuneração femininos e masculinos - em 2006 as mulheres recebiam o equivalente a 68% do rendimento dos homens.

Entre as reivindicações presentes no documento sobre o trabalho destacam-se⁴⁰:

<https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro/?ref=br_rs>;
<<https://www.facebook.com/marchadasvadiascwb>>. Acesso em: 25/06/2018.

³⁸ Todas as reivindicações e informações descritas nesse tópico estão presentes nas páginas 3, 4 e 5 do documento da Marcha Mundial das Mulheres.

³⁹ Documento da Marcha Mundial das Mulheres, p. 3 e 4. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>> Acesso em: 25/06/2018.

⁴⁰ Todas os pontos de reivindicações que serão sinalizados e livremente citados a partir de agora até o final desse tópico estão presentes na íntegra nos dois documentos já previamente referenciados e encontram-se aqui: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>> e aqui: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/>>. Foram acessados na data de 17/06/2018.

- “Ter um salário mínimo digno”;
- “Fim das diversas formas de exploração da força de trabalho das mulheres;
- “Redução da jornada de trabalho”;
- “Medidas governamentais para eliminar a diferença de salário entre homens e mulheres e entre mulheres brancas, negras e indígenas”;
- “Igualdade de acesso ao trabalho e à previdência para homens e mulheres”;
- “Garantia de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas”;
- “Reorganização do trabalho para que haja uma divisão igualitária das responsabilidades de cuidados com as crianças, idosos e doentes e, sobretudo, das tarefas domésticas”;
- “Ampliação do acesso às creches públicas, de qualidade, em período integral, para todas as crianças (há um déficit no acesso que deixa 80% das crianças de 0 a 3 anos sem atendimento)”.

Como visto, muitas são as reivindicações em torno da busca por igualdade de acesso ao trabalho entre homens e mulheres. Sobretudo, verifica-se que as pautas giram em torno de três fases da vida das mulheres: infância (com o acesso às creches públicas de qualidade), vida adulta (com o acesso às oportunidades iguais de trabalho entre homens e mulheres e igualdade entre seus salários) e terceira idade (com a garantia de acesso à previdência).

Violência e questões sobre o corpo

A violência contra mulheres é assunto central no documento da Marcha das Vadias e aparece como segundo tópico no documento da Marcha Mundial das Mulheres. No documento da Marcha das Vadias percebe-se uma profunda preocupação com a violência sexual presente nos casos de estupros cometidos contra mulheres: em Brasília no ano de 2011 foram 283 casos nos primeiros cinco meses do ano. É importante ressaltar que esses dados se referem apenas aos registrados, há indícios de que o número seja ainda maior. Muitas mulheres não chegam a denunciar as agressões que sofrem pelo desconforto e constrangimento gerado ao passarem pela perícia, e também porque muitos são cometidos por familiares e, ou conhecidos - o que inibe a denúncia.

De acordo com o documento, as mulheres da marcha das vadias se mobilizam contra a violência porque:

- “Aproximadamente 15 mil mulheres são estupradas por ano no Brasil e mesmo assim a sociedade faz piada sobre o assunto”;
- “Os corpos rebolativos e calados de mulheres são usados como pano de fundo em programas de tv e as imagens de corpos seminus são utilizadas como propaganda para o comércio de cervejas para o público masculino”;
- “Muitas mulheres que denunciam casos de estupros são acusadas de terem procurado violência pela forma com que se comportam ou se vestem, e são chamadas de “vadias” como forma de justificação do ato”;
- “A mesma sociedade que explora a publicização dos corpos femininos se escandaliza quando o seio fica à mostra durante a amamentação de bebês”.

No documento da Marcha Mundial das Mulheres, o coletivo aponta como raiz do problema da violência o machismo, que reduz os corpos femininos a objetos e perpassa de diversas formas a sociedade capitalista. Discorre também sobre os dados mencionados no documento da Marcha das Vadias ao mencionar que a maioria dos casos de violência sexista vividos pelas mulheres são cometidos por homens com os quais têm alguma relação. Outra forma de manifestação da violência presente no documento diz respeito ao tratamento das mulheres como mercadorias, tanto na indústria da prostituição e pornografia quanto na forma como são representadas na sociedade.

É feita uma aproximação da violência sexista combinada com o racismo e a violência urbana, que torna as jovens mulheres negras as maiores vítimas do tráfico. Também é mencionado o sofrimento das mães que acompanham o genocídio dos jovens negros.

É preciso dar visibilidade às lutas das mulheres contra a violência sexista, a partir da sensibilização da sociedade e da elaboração de demandas aos Estados, além da realização de campanhas de educação popular que apontem para a conscientização feminista. (Documento da Marcha Mundial das Mulheres, p. 5)⁴¹

Destacam-se as seguintes reivindicações:

- “Pelo fim de toda forma de violência contra as mulheres. Denuncia-se a violência sexista, a prostituição, o tráfico de mulheres e outras formas de mercantilização do

⁴¹ Documento da Marcha Mundial das Mulheres, p. 5. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>> Acesso em: 25/06/2018.

corpo, além da exploração que os meios de comunicação comerciais fazem da imagem das mulheres”;

- “Denuncia-se o descaso das autoridades - governos, polícia, judiciário - com a palavra das mulheres, agravando, e mesmo deixando impune, a violência contra as mulheres”;
- “Pelo fim da violência urbana, que tem no corpo das mulheres uma de suas expressões”;
- “Exigência de que os governos e o judiciário atuem de forma decidida para prevenir e punir a violência contra as mulheres”.

Como se pode observar, neste tópico encontram-se muitos pontos comuns de reivindicação pelos dois coletivos. Há alinhamento de análise quanto à essência do problema da violência (que encontra no machismo sua maior expressão) e, também, com os reflexos que essa violência têm na vida das mulheres: na forma de violência física como o estupro; na forma de violência social, com a objetificação dos corpos femininos e na forma de violência psicológica, ao culpabilizar as vítimas de estupro pelo ocorrido.

O documento da Marcha das Vadias tem como centralidade o tema da violência. O movimento foi motivado pela frase dita por um policial canadense para jovens universitárias na qual, ao se referir as roupas utilizadas por elas, justificava o crime de violência cometido por homens. A motivação, então, da organização da Marcha das Vadias, tem origem na violência contra as mulheres e esse discurso permeia todos os tópicos do documento.

Mas, hoje, marchamos para dizer que não aceitaremos palavras e ações utilizadas para nos agredir enquanto mulheres. Se, na nossa sociedade machista, algumas são consideradas vadias, TODAS NÓS SOMOS VADIAS. E somos todas santas, e somos todas fortes, e somos todas livres! Somos livres de rótulos, de estereótipos e de qualquer tentativa de opressão masculina à nossa vida, à nossa sexualidade e aos nossos corpos. (Documento da Marcha das Vadias)⁴²

No documento da Marcha Mundial das Mulheres esse tema também é discutido de forma central. Perpassa todos os outros tópicos nos quais são feitas análises específicas da violência presente em questões como o trabalho, a sexualidade, a objetificação do corpo feminino e a posição das mulheres em países em guerra e em conflitos armados.

A violência como parte do cotidiano da maioria das mulheres é uma realidade presente em todos os países e precisa acabar. Queremos explicitar como e porque ocorre essa violência. Sua raiz está no machismo que tenta nos reduzir a

⁴² Site oficial da Marcha das Vadias do Distrito Federal. Disponível em: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/>> Acesso em: 13/06/2018.

objetos e perpassa de diversas formas a sociedade capitalista. (Documento da Marcha Mundial das Mulheres, p.5)⁴³

Sexualidade

Ambos os documentos fazem menções à esse tópico. No documento da Marcha Mundial das Mulheres esse assunto aparece atrelado à questão da violência e à objetificação dos corpos femininos. As reivindicações feitas apontam que a construção do “ser mulher” ainda está marcada pela imposição da maternidade e, por isso, é negado às mulheres o direito de decidir se querem ou não ser mães. Também denunciam a heterossexualidade compulsória, que nega e hostiliza o lesbianismo.

A partir do documento da Marcha Mundial das Mulheres destacam-se os seguintes pontos de reivindicação:

- “Marchamos pela descriminalização e legalização do aborto, pelo direito da mulher em decidir sobre os rumos de sua vida e sua sexualidade e lutamos contra a banalização e a mercantilização da sexualidade”;
- “Marchamos para denunciar as relações de opressões machistas e patriarcais sobre as mulheres, que são estruturantes do capitalismo que também é racista, lesbofóbico e depredador da natureza”;
- “Lutamos pelo direito das mulheres à autonomia e autodeterminação em relação ao trabalho, à sexualidade, à maternidade e à participação política”.

No documento da Marcha das Vadias, a sexualidade e as questões sobre o corpo são pautas centrais, juntamente com a violência. Essas três pautas se complementam e compõe o discurso do manifesto, que se encerra com as seguintes reivindicações:

- “Marchamos porque vivemos em uma cultura patriarcal que aciona diversos dispositivos para reprimir a sexualidade da mulher, nos dividindo em ‘santas’ e ‘putas’”;
- “Marchamos porque desde muito novas somos ensinadas a sentir culpa e vergonha pela expressão de nossa sexualidade e a temer que homens invadam nossos corpos sem o nosso consentimento”;

⁴³ Ibid., p. 5.

- “Marchamos porque mulheres lésbicas de vários países sofrem o chamado ‘estupro corretivo’ por parte dos homens que se acham no direito de puni-las para corrigir o que consideram um desvio sexual”.

Nos dois documentos encontram-se novamente pontos de comum reivindicação. São feitas menções ao sistema patriarcal, à repressão que as mulheres sofrem ao manifestar sua sexualidade desde pequenas e, também, à violência contra lésbicas por não seguirem o sistema heteronormativo imposto pela sociedade.

Paz e desmilitarização

Esse tópico é abordado apenas no documento da Marcha Mundial das Mulheres. São evidenciadas as consequências diretas das guerras e conflitos nas vidas das mulheres, que são diferentes das enfrentadas pelos homens que vivem nesses países.

Em contextos de guerra, “a apropriação do corpo das mulheres é vista como recurso, forma de controle, intimidação ou troféu.”⁴⁴ O coletivo aponta que os casos de violência são comuns, cometidos tanto pelos exércitos quanto pela comunidade local. Também denunciam a manipulação ideológica que está por trás da chamada “guerra ao terrorismo”, que criminaliza as mulheres integrantes de movimentos sociais.

Além da denúncia do papel dos fabricantes de armas, que tanto lucram com os conflitos e interferem politicamente em seus rumos, este eixo procura demonstrar a responsabilidade dos Estados e da ONU, cujas tropas trazem mais violência às mulheres. (Documento da Marcha Mundial das Mulheres, p.7)⁴⁵

No documento, declaram solidariedade às mulheres iranianas, curdas, palestinas, sahaueis, colombianas, hondurenhas e haitianas. E, por fim, apontam o protagonismo feminino na resolução de conflitos, principalmente nos Grandes Lagos Africanos.

Destacam-se as reivindicações:

- “No Brasil, lutamos contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e contra o processo crescente de militarização da sociedade, que se manifesta por meio de atitudes repressivas e violentas do Estado, como

⁴⁴ Site Oficial da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 12/06/2018, p.7.

⁴⁵ Ibid., p.7

inúmeros assassinatos cometidos pelas polícias, ou na crença de que as armas são capazes de resolver a questão da segurança pública”;

- “Denunciamos que essas ações atingem, sobretudo, negros e negras”;
- “Demandamos ao governo brasileiro a retirada da Minustah do Haiti, e que a presença militar seja substituída por uma cooperação baseada nas demandas do povo haitiano, em diálogo com os movimentos sociais, em particular com as organizações de mulheres, que implique apoio à uma reconstrução que atenda ao conjunto da população e seu direito à moradia, alimentação, água, emprego e lazer”;
- “Demandamos que o governo brasileiro tome posição favorável ao imediato reconhecimento da independência do Saara Ocidental, bem como realize ações que visem a estabelecer relações econômicas, políticas e diplomáticas com os legítimos representantes da República Árabe Saharaui Democrática”.

O documento encerra-se com um pedido ao governo brasileiro a fim de que atue por uma “integração geradora de igualdade que promova intercâmbios econômicos, culturais e políticos baseados na justiça, solidariedade e complementaridade”⁴⁶.

Por fim, nota-se que os dois documentos têm afinidades de reivindicações entre os pontos violência, questões sobre o corpo e sexualidade. No Documento da Marcha Mundial das Mulheres encontramos, ainda, tópicos destinados à discussões sobre o trabalho e também à desmilitarização e busca da paz em países de conflito. As questões de raça aparecem nos dois documentos e são discutidas juntamente com outros tópicos.

Verifica-se um tom proeminente de denúncia presente no discurso do documento da Marcha das Vadias, enquanto temos uma análise mais resolutiva de quais medidas precisam ser adotadas para alcançar as reivindicações feitas no documento da Marcha das Mulheres. Ao final dessa análise, percebe-se complementariedade entre os dois documentos, que abordam tópicos em comum, ainda que com linguagem diferentes, devido às causas motivadoras de cada movimento.

Ambos concordam que a essência da desigualdade entre gêneros e a consecutiva violência por ela gerada tem origem no machismo presente na sociedade patriarcal que tem sua máxima expressão no sistema capitalista. Apontam, juntos, ações resolutivas específicas

⁴⁶ Ibid., p. 8.

para transformar a condição das mulheres e alcançar a equidade de direitos entre gêneros nos pontos em que se propõe a analisar.

Após esse início de mapeamento das reivindicações contemporâneas, no próximo tópico é feita uma análise sobre a internet como um novo espaço de atuação do movimento feminista. Considerando-se as reivindicações contemporâneas e a influência da internet como novo espaço de articulação dos movimentos sociais, ao final desse trabalho, é respondida a pergunta “estamos vivendo uma terceira onda feminista?”.

2.3 Internet: um novo espaço de articulação feminista

Em nossa sociedade e em nosso tempo histórico, a internet é um novo ambiente de interação social, no qual as pessoas se conectam através de redes virtuais. Esse espaço, uma vez que é utilizado pelas pessoas, reflete seus problemas de organização política e suas decorrentes desigualdades sociais. Dessa forma, a internet também é cenário de lutas e reivindicações, e, portanto, tem papel central na construção e organização dos movimentos sociais.

O papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental, como está documentado neste livro. Mas a compreensão delas tem sido obscurecida por um debate sem sentido, na mídia e nos círculos acadêmicos, ao negar que as tecnologias de comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais. Isso é óbvio. Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, nesse sentido, pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. (CASTELLS, 2013)⁴⁷

A internet, então, atua como parte importante do processo de ordenação dos movimentos sociais, atrelada à organização humana. Não é, por si só, fonte de “causação social”, como pontua Castells, pois os conflitos sociais têm origem na forma com que se organizam as sociedades e, portanto, as pessoas. A internet, contudo, é um novo espaço de conexão e formação de redes - uma teia de comunicação. Por isso, torna-se parte do próprio organismo de desenvolvimento dos movimentos sociais, uma vez que as pessoas transitam entre o meio físico e o virtual todos os dias.

Ao mesmo tempo, porém, é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre

⁴⁷ CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros, 1 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.134.

si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas. Em nossa sociedade, a forma fundamental de comunicação horizontal em grande escala baseia-se na internet e nas redes sem fio. Além disso, é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano. Mas as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem. (CASTELLS, 2013)⁴⁸

A comunicação é fundamental, tanto para engajar as pessoas a tomar conhecimento sobre os desequilíbrios sociais, quanto para motivar sua participação como agentes ativos do próprio movimento - tornando-se participantes e até mesmo líderes do processo. Nesse sentido, a internet é uma ferramenta tecnológica que fornece vias de interação para que as pessoas se conectem com as causas locais e também tomem conhecimento sobre as manifestações e reivindicações de sociedades mais distantes, através do compartilhamento de informações, que hoje acontece em tempo real.

Os movimentos sociais têm sofrido influência dos modos de se fazer comunicação, principalmente a partir da internet, que acelera esse processo. Com a constante evolução das redes sem fio, torna-se cada vez mais relevante considerar os algoritmos - dados que controlam as informações que são destinadas a cada pessoa, alterando a forma como elas interagem com os espaços virtuais.

Dentro do contexto social, é preciso também considerar as bolhas que se formam nas mídias digitais, como facebook, instagram, etc. Ao pertencer a uma determinada bolha, as pessoas têm acesso a repercussões dos seus próprios pontos de vista, reafirmações sobre aquilo em que já acreditam. Os algoritmos são parte operante desse sistema, pois regulam a forma como as pessoas acessam informação. Essa é uma discussão atual, realizada por estudiosos das próprias redes sociais, que analisam como esse sistema têm influenciado ou paralisado os movimentos sociais.

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. **Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se.** Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa

⁴⁸ Id. Ibid.

marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (CASTELLS, 2013, grifo meu).⁴⁹

A internet fornece sobretudo o espaço, a visibilidade e a autonomia necessários ao desenvolvimento dos movimentos sociais. Permite que a organização seja descentralizada e, por se tratar de um ambiente virtual, possibilita que as pessoas discutam, tomem decisões e agendem eventos sem necessariamente depender de encontros presenciais, que muitas vezes podem ser reprimidos dependendo do contexto político da sociedade em que emerge.

Nesse sentido, as lutas feministas encontram espaço e se transformam ao se propagar no meio digital:

Na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância mais potente. A revolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) provocou novas noções de tempo e espaço, um novo modo de sentir, pensar e agir. A imagem midiática passou a exercer uma influência sem precedentes na produção dos sentidos das pessoas, seres responsáveis conjuntamente, pela concretização da utopia de uma sociedade justa e igualitária. Para projetar o futuro é necessário rever o passado e analisar o presente, tempo este em que as TIC passaram a representar o poder maior na nova ordem política, econômica, social e cultural. No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos - no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero - ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É pelo trabalho educativo, que transforma seres humanos em agentes políticos, que se consegue alterar os condicionamentos. (VERA VIEIRA, 2012)⁵⁰

Vera Vieira, em sua tese de doutorado, analisa a forma com que o movimento feminista atua nos ambientes virtuais. Ela verifica que muitas mulheres ao redor do mundo estão atuando ativamente nas discussões dos temas relacionados ao uso das TIC, assegurando o acesso local, participando de reuniões nacionais, desenvolvendo serviços de informação, promovendo redes virtuais de mulheres, entre outros. Ela elabora uma pesquisa-ação, que visa a atuar na educação virtual alterando os modelos estereotipados de representação da mulher. Nela, são oferecidas recomendações para o movimento feminista que demonstram “possibilidades de comunicação a distância alavancadas pelas mídias digitais, notadamente as redes sociais, que configuram novas formas de representação da mulher”⁵¹.

Seja através dos movimentos sociais ou dos programas educativos feministas, nos deparamos com um movimento de compartilhamento virtual em massa de pensamentos

⁴⁹ Id. Ibid., p. 134 e 135.

⁵⁰ VIEIRA, Vera de Fatima. **Comunicação e feminismo**: as possibilidades da era digital. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.27.2012.tde-22052013-163040. Acesso em: 08/06/2018, p.33)

⁵¹ Id. Ibid.

feministas. As desigualdades de gênero têm sido expostas dentro do espaço cibernético e chegado a mulheres de todas as idades, desde crianças até senhoras, ampliando a rede feminista de forma exponencial.

Em minha trajetória pessoal, também pude observar este fato. Nas experiências de estágio como docente em história com turmas de ensino fundamental e ensino médio em Porto Alegre encontrei meninas de 12 a 19 anos que sabiam ou tinham ideia do que era o feminismo e citavam exemplos de atitudes machistas. Em minha época escolar esses assuntos não chegaram a mim e as minhas colegas da forma com que chegam às meninas hoje. A internet torna esse conhecimento acessível e como crianças também participam do ambiente virtual, as ações educativas também chegam a elas, propiciando assim, a disseminação do entendimento sobre o que é desigualdade de gênero em todas as faixas etárias. Utilizar a internet como espaço de educação social e feminista é fundamental para aumentar o engajamento de mulheres a fim de se mobilizar para alcançar a equidade de gênero.

É importante analisar, assim, como a internet vem sendo utilizada dentro dos dois movimentos estudados por este trabalho. A Marcha das Vadias tem sua organização realizada prioritariamente pela internet e os encontros presenciais giram em torno da preparação e realização das Marchas. Na internet é feita a articulação das feministas nos ambientes das comunidades do Facebook. A comunidade de Brasília tem 16 mil participantes, a do Rio de Janeiro tem 15 mil e a de Curitiba conta com 11 mil integrantes⁵². Dentro desses espaços são discutidas as pautas e demandas para as Marchas de cada ano, são feitos os chamados de participação e a divulgação das datas, bem como toda a organização do evento em si. Para além do período das Marchas, são veiculadas informações de casos de machismo e violência contra as mulheres, pedindo auxílio e apoio da comunidade; artigos e periódicos informativos e estímulo à integração entre as participantes a fim de gerar engajamento e união da comunidade. A Marcha das Vadias tem por característica ser um movimento de organização e articulação principalmente *online*.

A Marcha Mundial das Mulheres também utiliza a internet como ferramenta de organização, mantendo relações com as Marchas que acontecem em outras cidades e em

⁵² Página do Facebook da Marcha das Vadias dos estados de Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba respectivamente: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/?ref=br_rs>; <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro/?ref=br_rs>; <<https://www.facebook.com/marchadasvadiascwb>>. Acesso em: 25/06/2018.

outros países. É um movimento com caráter de organização de equipe *online* e *offline*, com participação em eventos, fóruns e entrevistas na televisão. Também realizam ações durante o ano todo, em diversas cidades, promovendo uma maior articulação política e permanecendo em contato direto com a população. A internet, para a MMM, promove a união entre os coletivos de diferentes cidades, o que propicia a unificação do movimento que se articula através da comunicação *online*, tanto para estimular a troca de experiências, quanto para auxiliar no planejamento estratégico das ações e marchas. Organizam-se em grupos no facebook, contando com 41 mil participantes⁵³.

A partir dessa análise, percebe-se que a internet se mostra como componente indispensável na articulação, organização e comunicação dos movimentos sociais. Principalmente os movimentos de caráter nacionais e internacionais, os quais necessitam realizar uma maior integração entre os diferentes coletivos participantes, bem como definir estratégias de articulação conjunta.

⁵³ Página da Marcha das Mulheres no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/>> Acesso em: 25/06/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho mapeamos algumas das reivindicações feitas pelas mulheres no feminismo contemporâneo. A partir dos documentos analisados chegamos a cinco pontos chave: “violência”, “sexualidade”, “questões sobre o corpo”, “trabalho” e “paz e desmilitarização”.

Na Primeira Onda Feminista, entre o final do século XIX e início do século XX, na América do Norte e na Europa, estavam sendo debatidas as questões referentes à igualdade política e à cidadania feminina. Na Segunda Onda Feminista, Juliet Mitchel em *A Condição da Mulher*, aponta que as transformações precisavam acontecer em 4 esferas: da produção, da reprodução, da sexualidade e da educação. Alves e Pitanguy, em *O que é Feminismo*, descrevem os principais objetivos da organização feminista a partir de 1970: questões em torno da família, da sexualidade, dos direitos reprodutivos e do mercado de trabalho.

A partir desse apanhado, percebemos que os pontos de reivindicações entre o feminismo contemporâneo e a segunda onda feminista têm pontos em semelhança. (1) Ainda discute-se sobre as oportunidades desiguais de **trabalho**, sobre a posição da mulher na divisão sexual do trabalho e sobre as diferenças salariais, bem como sobre a visão de que o trabalho doméstico não é caracterizado como trabalho. (2) Fala-se em **violência** doméstica e urbana, sobre as agressões cometidas por parceiros e também sobre as agressões cometidas por desconhecidos na rua e sobretudo sobre o feminicídio. (3) Debate-se sobre a **sexualidade**, sobre a imposição da heterossexualidade e a discriminação de mulheres lésbicas e trans. (4) Reflete-se sobre as questões referentes ao **corpo**, sobre o direito de poder decidir tornar-se mãe ou não, sobre a possibilidade de se fazer aborto seguro, sobre a objetificação dos corpos femininos e também sobre as expressões tradicionais de feminilidade. (5) Por fim, analisa-se os **movimentos sociais** que acontecem em outros países e é tecida uma grande rede de sororidade.

Essas questões são semelhantes às defendidas pelas feministas da Segunda Onda. No momento contemporâneo, contudo, há uma maior expressão das questões sobre o corpo e a sexualidade, com novas formas de se reconhecer enquanto mulher e novos arranjos identitários, além da centralidade da questão da violência, que atinge grande parte da população feminina e é tema prioritário dentro dos movimentos sociais. As feministas da Segunda Onda abriram caminho para se desconstruir o gênero e atualmente essa desconstrução possibilitou o surgimento de novas categorias como: não binária, bigênero, gênero fluido, demigênero e pangênero - possíveis expressões de gênero dentro do movimento *GenderQueer*⁵⁴. Atualmente esse campo de estudo tem se expandido e novas categorias e identidades têm surgido.

Para mim, sobretudo, para responder a pergunta norteadora dessa pesquisa, não basta pensarmos somente no teor das reivindicações que estão sendo feitas no mundo contemporâneo - como já vimos há suficiente continuidades, uma vez que ainda não se conquistou em totalidade os pontos discutidos na Segunda Onda. É necessário, então, que eles permaneçam em pauta na atualidade, agregados a novos tópicos e a diferentes perspectivas que surgem com as novas gerações feministas. É igualmente importante de se considerar, a fim de responder sobre a existência de uma Terceira Onda Feminista, a influência da internet como novo espaço de articulação feminina.

Como vimos no tópico anterior, dentro do espaço da internet os movimentos sociais se transformam, bem como suas formas de comunicação e articulação. Com o surgimento da internet, sobretudo nas redes sociais, temos uma disseminação do feminismo entre mulheres de todas as idades, aumentando a visibilidade do movimento, bem como sua própria forma de organização.

[...] É preciso, também, considerar o momento da transformação. Por que justamente agora? As ideias feministas têm estado presente há pelo menos um século, se não mais, embora em versões históricas específicas. Por que pegaram fogo em nosso tempo? Sugiro a hipótese de que o motivo tem por base a combinação de quatro elementos: primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação. [...] Em segundo lugar, vêm as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, propiciando controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas. [...] Terceiro, tendo como pano de fundo a transformação econômica e tecnológica, o patriarcalismo [patriarcado] foi atingido pelo desenvolvimento do movimento feminista, consequência dos movimentos sociais da década de 60. **O quarto elemento a induzir o desafio ao patriarcalismo [patriarcado] é a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam**

⁵⁴ Site Oficial GenderQueer. Disponível em: <<http://genderqueerid.com/>>. Acesso em: 18/06/2018.

e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta. [...] É assim que a interação entre mudança estrutural e movimentos sociais - ou seja, entre a sociedade em rede e o poder da identidade - nos transforma. (CASTELLS, 1997, grifo meu)⁵⁵.

Dessa forma, a caracterização da Terceira Onda Feminista no mundo contemporâneo se dá não somente pelo teor das reivindicações atuais, que apresentam um maior grau de complexidade, mas sobretudo devido ao surgimento desse novo espaço de construção de relações sociais - a internet e notadamente as redes sociais. Uma vez que os movimentos sociais dentro desse novo espaço sofrem modificações em sua estrutura, o que acarreta na expansão do próprio movimento feminista e, ainda, em novas formas de articulação a ser exploradas, a fim de entender quais as possibilidades e os limites do movimento dentro desse contexto. É no surgimento de um novo cenário de atuação do movimento feminista, que nos oferece uma experiência híbrida entre o mundo físico e o virtual, que temos a transformação que caracteriza esse período como a 3ª Onda Feminista.

⁵⁵ CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhard, 6 ed, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p 171-173.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Zina. **Luta das Mulheres pelo direito ao voto**. Movimentos Sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. "ARQUIPÉLAGO. História". 2ª série, vol. 6, 2002.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ASSUNÇÃO, Naiara. **Movimentos Feministas no Mundo Muçulmano**. Impresso. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhard, 6 ed, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Site Oficial GenderQueer. Disponível em: <http://genderqueerid.com/>. Acesso em: 18/06/2018.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros, 1 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CUNHA, Gabriela; FUENTES, Fernanda. **Mulheres, trabalho e Globalização: Gênero como determinante nos padrões globais de desigualdade**. Revista Ártemis, Vol. 4, 2006.

GIRÓN, Alicia (org). **Género y globalización**. Buenos Aires 1a Ed., Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009

HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17(1), 2009.

HIRATA, Helena. **Globalização, trabalho e gênero**. Revista de Políticas Públicas, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770/1848>. Acesso em: 22/06/2018.

MERNISSI, Fátima. **Sonhos de Transgressão**. Minha vida de menina em um Harém, 1996. In: ASSUNÇÃO, Naiara. Movimentos Feministas no Mundo Muçulmano.

OKIN, Susan Moller. Tradução de BIROLI, Flávia. **Gênero, o público e o privado**. Rev. Estud. Fem. vol.16 no.2 Florianópolis, May/Aug. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002. Acesso em: 18/07/2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n.2, jul/dez, 1995

Site Oficial da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em: 12/06/2018.

Site Oficial da Marcha das Vadias. Disponível em: <https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/> Acesso em: 12/06/2018

VIEIRA, Vera de Fatima. **Comunicação e feminismo**: as possibilidades da era digital. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 08/06/2018)

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication** (Ed.1989), in Todd & Butler (eds), Works, vol 5.